

O estado da alterglobalização em Portugal*

MARINÚS PIRES DE LIMA E CRISTINA NUNES

RESUMO: O Fórum Social Mundial é o expoente máximo do encontro mundial da diversidade social e cultural. É um local onde os movimentos sociais e as Organizações Não Governamentais podem, ao mesmo tempo, dar a conhecer as suas lutas nacionais e regionais por uma globalização solidária e estabelecer ligações. Em Portugal, a alterglobalização ainda não atingiu a significação de movimento social, porque não se passou da função crítica das manifestações ao seu possível significado positivo.

Palavras-chave: Globalização, Movimentos Sociais, Fórum Social Mundial, Fórum Social Português

TITLE: “Alterglobalisation” in Portugal

ABSTRACT: The World Social Forum stands for the peak of world’s social and cultural diversity meeting. It is a place where social movements and Non Governmental Organizations may, at the same time, spread their national and regional struggles for a solidary globalisation and make connections.

In Portugal, the «alterglobalisation» still has not reached the status of a social movement, due to the fact that it is yet at the stage of criticising through public demonstrations instead of pointing out positive aspects.

Key words: Globalisation, Social Movements, World Social Forum, Portuguese Social Forum

MARINÚS PIRES DE LIMA

marinus.pires.lima@ics.ul.pt

Investigador Principal – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Professor – ISCTE.

Researcher – Instituto de Ciências Sociais of Universidade de Lisboa; Professor at ISCTE.

CRISTINA NUNES

cristina.nunes@ics.ul.pt

Colaboradora de Investigação – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Research Assistant – Instituto de Ciências Sociais of Universidade de Lisboa.

* Este artigo será também publicado, em Itália, no livro **Una Altra Europa**, coordenado pelo Prof. Antimo Farro (Universidade de Roma La Sapienza).

A recente construção de espaços transnacionais de contestação colectiva contra as instituições financeiras e políticas regionais (União Europeia, Área de Comércio Livre entre as Américas) e mundiais (Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e G8), despertou a introdução de novas discussões teóricas no âmbito dos temas da globalização e dos movimentos sociais.

Actualmente, está a constituir-se uma rede de pesquisa internacional, entre vários países da Europa (Alemanha, Espanha, França, Reino Unido, Itália e Portugal). A sua finalidade é analisar, no campo das ciências sociais e particularmente da Sociologia, os «movimentos sociais», as Organizações Não Governamentais (ONGs) e as mais diversas associações da sociedade civil que têm participado activamente nos processos de formação dos protestos colectivos de rua (desde Seattle até à manifestação pacifista global contra a guerra no Iraque) e de criação dos fóruns sociais alternativos (mundiais, regionais e nacionais).

O projecto «Movimentos Colectivos Face à Globalização», a decorrer no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, integra-se nesta parceria de investigação e inclui o Brasil (país anfitrião de quatro Fóruns Sociais Mundiais).

A novidade e a contemporaneidade da temática, aliadas ao facto de as investigações se encontrarem, presentemente, numa fase inicial dificultam a disponibilidade de novas conceptualizações teóricas. Contudo, existem duas tradições sociológicas (a norte-americana e a europeia), que poderão ser relacionadas com o estudo das novas formas de acção colectiva no actual contexto de globalização.

A teoria da Mobilização de Recursos (Tilly, 1978), emergente nas décadas de 1960/70 nos EUA, analisa os movimentos sociais como grupos de pressão organizados, excluídos dos processos políticos de tomada de decisão, que, accionando estratégica e racionalmente determinados recursos – financeiros, técnicos e humanos –, aspiram a aceder aos órgãos de poder político, com o objectivo de satisfazerem os seus interesses particulares.

Na Europa, o estudo dos movimentos sociais ficou, nas últimas décadas, fortemente marcado pela sociologia da acção desenvolvida por Alain Touraine (1992, 2000, 2005) e pelos seus colaboradores Michel Wieviorka (2003a, 2003b), François Dubet (1994) e Antimo Farro (2003). Na perspectiva accionalista, o conceito de movimento social não pode ser confundido com um simples protesto popular ou com meros comportamentos colectivos que mobilizam mecanismos estratégicos para atingirem determinados fins. Só podemos considerar a existência de um movimento

social constituído se se conjugarem três princípios: Identidade (I), Oposição (O) e Totalidade (T). Os actores envolvidos na construção da acção comum têm de partilhar uma identidade assente em relações de solidariedade (I), esta identidade construída opõe-se a um ou mais adversários sociais, com quem mantém uma relação conflitual sobre as orientações sociais e culturais dominantes no funcionamento das sociedades (O) e é necessária a criação de propostas alternativas que conduzam às mudanças sociais desejadas (T).

No processo de pesquisa em curso no ICS, a problemática teórica acompanhará os contributos de Alain Touraine e as análises recentes de Antimo Farro (2003) e de Michel Wieviorka (2003a, 2003b, 2007) sobre as acções alterglobalistas. No percurso da análise dos fenómenos empíricos, proceder-se-á à combinação de técnicas de recolha de informação quantitativas (inquérito por questionário aplicado aos actores individuais e colectivos do Fórum Social Português) e qualitativas (entrevistas realizadas aos interlocutores privilegiados portugueses presentes no Fórum Social Mundial (FSM), análise dos eventos de protesto [*protest event analysis*] baseada em artigos da imprensa nacional e estrangeira e em documentos de suporte electrónico).

Movimentos alterglobalização: a emergência de novas formas de acção colectiva?

A partir da década de 1960, com o aparecimento de novos actores colectivos, encheu-se, na Sociologia, um processo de produção teórica e empírica intensivo sobre a acção colectiva, actualmente consagrada como um objecto de pesquisa e um campo do saber sociológico legítimos. À semelhança do que ocorreu nos idos anos 1960, com o despontar dos movimentos feministas, ecologistas e pacifistas, a emergência das iniciativas de contestação ao modelo de globalização neoliberal despertou um ciclo de debates sobre a renovação e reconstrução dos quadros analíticos utilizados na compreensão e explicação dos fenómenos de mobilização colectiva.

Ao analisarmos os novos protestos colectivos em torno da globalização, distinguem-se sobretudo três características: a «pluralidade» das identidades nos actores participantes, a importância da afirmação da «subjectividade» de cada um dos actores individuais e colectivos e a «fluidez» das formas de organização que corporizam os relacionamentos entre os diversos actores (Farro, 2003).

A «pluralidade» das identidades colectivas está presente no espectro das «mobilizações» e das «campanhas» alterglobalização (Wieviorka, 2003b): desde os chamados movimentos da juventude (ligados à cultura dos movimentos *squatters* e das organizações de *media* alternativos), aos «novos movimentos sociais» (na acepção de Touraine, 1989), aos sindicatos de trabalhadores industriais e às organizações agrárias e de camponeses, até às Organizações Não Governamentais (ONGs), que actuam a

nível mundial sobre temas tão variados como os direitos do homem, o comércio justo ou a regulação das transacções económicas mundiais (Wieviorka, 2003a).

A transposição dos modos de funcionamento das novas tecnologias da informação e comunicação, e nomeadamente na Internet, para os modelos de acção colectiva, conduz a repensar profundamente os conceitos sociológicos utilizados na explicação e compreensão dos movimentos sociais do presente.

Mas se é verdade que as formas de organização e as relações construídas dentro dos movimentos sociais são, mais do que no passado, descentralizadas, não-vinculativas e espontâneas, também é verdade que estas designações escondem, obscurecem e tornam mais difícil o processo de compreensão e de desocultação das dinâmicas de liderança e das relações e lutas de poder que se estabelecem.

Por outro lado, termos como «fluidez» e «subjectividade» são cada vez mais utilizados no estudo dos movimentos sociais para designar, respectivamente, o tipo de relações construídas entre os actores e a afirmação da identidade pessoal no desenrolar das iniciativas alterglobalização. Mas em torno destes conceitos existe todo um campo de análise por explorar, principalmente no que diz respeito ao envolvimento da identidade pessoal na formação das identidades grupais e às dinâmicas de interacção dialécticas que se estabelecem entre o sujeito individual e o sujeito colectivo. É tempo de as teorias dos movimentos sociais recuperarem um tema que tem sido muitas vezes renegado e esquecido.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: O IMPULSIONADOR DO FÓRUM SOCIAL PORTUGUÊS

Em Janeiro de 2001, com a realização do 1.º FSM¹ [por contraposição ao Fórum Económico Mundial de Davos (FEM)], às acções de contestação colectivas de rua, uniram-se os espaços de debate e reflexão alternativos. Sob o lema de «Um Outro Mundo é Possível», milhares de Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos, políticos e cidadãos anónimos dos quatro cantos do mundo reuniram-se, pela primeira vez, em Porto Alegre – a Capital do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil – para discutirem criticamente as consequências económicas, sociais e ambientais causadas pela globalização neoliberal e encontrarem propostas alternativas que promovam uma globalização ética e solidária.

O FSM é o expoente máximo do encontro mundial da diversidade social e cultural. O facto de este espaço se assumir como um campo de (inter)acção abrangente e diversificado, onde não se adoptam posições e documentos vinculativos a todos

os participantes, e como um processo descentralizado onde se integram outros locais de dinamização da acção colectiva (manifestações, fóruns nacionais e regionais) permite a confluência de «movimentos sociais» com características e objectivos distintos – indígenas; ecologistas; feministas; homossexuais; camponeses; agricultores; sindicalistas; representantes de comunidades religiosas; organizações de desenvolvimento humanitário; movimentos políticos; jovens; intelectuais; e trabalhadores.

Portanto, o FSM é um local onde os «movimentos sociais» e as ONGs podem, simultaneamente, dar a conhecer as suas lutas nacionais e regionais por uma globalização solidária e estabelecer ligações, através das suas afinidades identitárias e temáticas, com outros actores colectivos ao nível das acções e reivindicações a desenvolver.

Existem propostas que têm sido amplamente mediatizadas e difundidas, como a taxa Tobin (defendida pela ATTAC), a anulação da dívida externa dos países mais pobres, a democratização das instituições financeiras mundiais ou a sua substituição por outras instâncias, a introdução de direitos laborais e sociais (*core labour standards*) nos países mais pobres, entre outras. No entanto, a concepção de vínculos formais ou informais em torno e pela defesa destas causas nunca será da responsabilidade do FSM, mas apenas das suas entidades promotoras. Se o FSM avançasse com propostas alternativas globais violaria um dos seus princípios constitutivos: dar voz à pluralidade e à diversidade social e cultural.

Nas duas primeiras edições (2001 e 2002), o FSM conseguiu afirmar-se como opositor legítimo do FEM. Em 2003, com a presença do recém-eleito presidente do Brasil (Luís Ignácio «Lula» da Silva) e com a sua transmissão da mensagem de Porto Alegre a Davos – por uma globalização solidária e pela paz no mundo –, o FSM adquiriu ainda uma maior projecção mediática internacional. Por outro lado, apesar de os diferentes significados políticos, sociais e culturais que envolvem as acções dos «movimentos sociais» presentes em Porto Alegre, neste ano a chamada sociedade civil não-governamental uniu-se em torno de um objectivo comum: protestar pacificamente contra a emergência de uma intervenção militar anglo-americana no Iraque e alertar a opinião pública mundial para as consequências dramáticas e devastadoras desta guerra.

Com o propósito de descentralizar e de mundializar o FSM, em 2004, realizou-se na Índia. Esta deslocação teve a finalidade de integrar neste processo as organizações que, devido à falta de recursos económicos, se têm visto impossibilitadas de viajar até ao Brasil.

Depois desta breve passagem pelo continente asiático, o FSM (2005) regressa ao Brasil e à sua cidade natal. Este ano, um dos objectivos principais dos seus organizadores foi o de atender às críticas dirigidas aos mecanismos de funcionamento do evento. O facto de certos actores colectivos lamentarem que as características do FSM mais elogiadas – a não-hierarquização das organizações e a democratização dos processos de participação – não têm vindo a ser rigorosamente exercidas, conduziu a que se avançasse com novas formas de organização. Deste modo, os responsáveis pela organização do FSM adoptaram uma metodologia baseada em práticas mais horizontais e fluidas. Estas foram desenvolvidas através de uma consulta-temática realizada através de um questionário, disponível *online*, onde foram inquiridas 1863 organizações. Tal auscultação teve como finalidade antever os temas que os diferentes participantes gostariam de ver debatidos no FSM, assim como possibilitar redes de contacto mais próximas entre os actores que se dedicam à defesa das mesmas causas. Outra das mudanças levadas a cabo para democratizar os modos de participação no FSM foi a de alargar as práticas organizacionais autogestionadas, circunscritas nos FSMs anteriores às oficinas e seminários, aos grandes acontecimentos, nomeadamente às conferências e palestras.

Para além destas alterações estratégicas, há ainda que salientar que o FSM continuou a crescer em todos os níveis de participação. A sua manifestação de encerramento, com a adesão de 200 000 pessoas, foi a mais participada de sempre.

Em 2006, a realização do FSM experimentou um novo rumo: pela primeira vez, realizou-se simultaneamente em diferentes regiões do mundo – Bamako (Mali), Caracas (Venezuela) e Karachi (Paquistão). Em 2007, o FSM realizou-se no Quénia, na cidade de Nairobi, com o intuito de discutir os problemas inerentes ao continente africano e de oferecer às organizações africanas a oportunidade de participarem *in loco* no maior encontro dos actores altermundialistas.

O DESPONTAR DAS INICIATIVAS PORTUGUESAS EM TORNO DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: O CASO DO FÓRUM SOCIAL PORTUGUÊS

Em Portugal, as iniciativas colectivas alterglobalização despoletaram por influência da realização do FSM. Após a segunda edição do FSM, as organizações sociais e políticas portuguesas começaram a reflectir sobre a possibilidade de se organizar um espaço, a nível nacional, onde os diferentes actores colectivos se pudessem reunir para discutir criticamente as consequências económicas, sociais e ambientais causadas pela globalização neoliberal e encontrar propostas que promovessem uma globalização ética e solidária.

Tendo em vista estes objectivos, o processo de preparação do Fórum Social Português (FSP) iniciou-se, em Maio de 2002, na cidade de Lisboa, num primeiro encontro plenário que serviu sobretudo para informar e despertar os actores colectivos portugueses para as mobilizações e fóruns sociais alternativos alterglobalização. Assim, com o intuito de adaptar à realidade portuguesa o modelo de funcionamento do FSM, explicaram-se às organizações portuguesas, até à data pouco participativas nas acções de contestação à globalização neoliberal, os seus modos de construção e organização. Com base nos princípios orientadores do FSM, concebeu-se uma proposta de modelo do FSP, iniciou-se a escolha dos temas que deveriam ser debatidos e formaram-se três grupos de trabalho (um responsável pela organização do evento, outro pela concepção do programa e um terceiro encarregado por estabelecer os contactos e por mobilizar o maior número de organizações possível). Nesta reunião, decidiu-se ainda que, para alargar o processo de participação a todo o país, seria necessário criar, a nível nacional, grupos de contactos regionais e fóruns distritais que teriam a função de mobilizar e incluir as associações e as ONGs distanciadas fisicamente dos locais de preparação do FSP.

A PROGRAMAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO NO FÓRUM SOCIAL PORTUGUÊS

Depois de um esforço e empenho colectivos por parte das associações e ONGs para desenvolver uma dinâmica de acção e reflexão conjuntas, realizava-se, na sociedade portuguesa, em Junho de 2003, a primeira grande iniciativa alterglobalização. Sob o lema de que «Um outro mundo e um outro Portugal são possíveis», feministas, ecologistas, homossexuais, agricultores, sindicalistas, grupos de defesa dos direitos humanos, associações contra a especulação financeira e pela regulação dos movimentos de capitais, jovens e intelectuais reuniam-se não só com o intuito de dar continuidade ao processo iniciado em Porto Alegre, mas também de globalizar os protestos contra o neoliberalismo e de procurar construir uma «alterglobalização».

O FSP aspirava, assim, colmatar as falhas da democracia representativa, fortalecendo e aprofundando a democracia participativa, e constituir-se simultaneamente como um local inovador onde os «movimentos sociais» e as ONGs pudessem dar a conhecer as suas lutas nacionais e locais por uma globalização solidária e estabelecer ligações, através das suas afinidades identitárias e temáticas, com outros actores colectivos ao nível das acções e reivindicações a desenvolver.

Ora para cumprir estes objectivos, foi necessário esboçar um plano de programação venerador da diversidade e multiplicidade temáticas que tivesse em conta a complexidade das especificidades da sociedade portuguesa no actual contexto de globalização neoliberal e a sua natureza multifacetada. Tal tarefa implicou conceber e desenvolver

um número grandioso de eventos e de actividades de reflexão analítica que, por conseguinte, abarcaram e proporcionaram espontânea e criticamente a discussão das múltiplas intersecções e relações de todas as dimensões da vida em sociedade. Para as organizações responsáveis pela programação do FSP, era impreterível tratar e debater a imensa variedade de conteúdos temáticos com base na sua multidimensionalidade, porque no mundo globalizado em que vivemos não faz sentido pensar isoladamente, separar e destrinçar o social do político, o económico do cultural, o local do regional, o regional do global, etc.

Ambicionando corporizar a pluralidade dos axiomas estabelecidos, as entidades organizadoras dividiram a programação oficial em três campos de discussão: conferências, mesas de diálogo e controvérsias e oficinas². Nas conferências, desenharam-se três eixos de discussão temáticos, que, decorrendo em simultâneo, se segmentaram em várias matérias³:

- Democracia, cidadania, direitos e serviços públicos (as políticas neoliberais e a degradação da democracia; sexualidades emancipatórias em sociedades patriarcais: resistindo ao sexismo e à homofobia; o exercício dos direitos sociais, políticos, económicos e sociais).
- Trabalho, economia, globalização e desenvolvimento sustentável (agricultura, pescas e a sociedade. Globalização. Segurança e soberania alimentares; trabalho, empresa, direitos e imigração; desenvolvimento sustentável).
- A defesa e a promoção da paz, da solidariedade e da luta contra a guerra (neoliberalismo, exploração e guerra; uma outra Europa, um outro mundo é possível; as cores da esperança: a solidariedade e a cooperação).

Esta multiplicidade e abrangência temáticas possibilitaram a convergência de 237 actores colectivos, de todas as regiões do país, que se dedicam e actuam em áreas de intervenção distintas. Contudo, a diversidade de temas e causas tratadas no FSP não foi sinónimo de uma participação heterogénea nos níveis social e cultural: a desejada participação alargada, por parte dos organizadores, de todas as camadas sócio-económicas não foi cumprida, já que, considerando os dados do inquérito aplicado aos participantes no FSP⁴, aderiu fundamentalmente um público jovem (53,9% dos indivíduos que participaram no FSP possuíam idades compreendidas entre os 19 e os 35 anos), com formação superior (76% dos inquiridos do sexo feminino possuem o grau de ensino superior contra 71,5% dos inquiridos sexo masculino) e desempenhavam maioritariamente actividades profissionais qualificadas. Segundo os mesmos dados, o número de inquiridos do sexo feminino foi superior aos do sexo masculino, respectivamente 51,6% e 48,4%. No que diz respeito à variável idade, os homens apresentaram uma idade média superior à das mulheres: 42,5 e 36,8 anos.

UM NOVO ESPAÇO DE DINAMIZAÇÃO DA ACÇÃO COLECTIVA?

A realização do FSP constituiu-se como um momento importante para a história dos «movimentos sociais» e da acção colectiva em Portugal, porque, pela primeira vez, um conjunto alargado de ONGs, associações e sindicatos propôs-se desafiar a crença de que a sociedade portuguesa vive imbuída de uma apatia generalizada face aos problemas sociais e políticos e que, devido a tal característica, os actores colectivos portugueses dificilmente se conseguiriam organizar para construir uma acção de contestação e reflexão conjuntas. Neste sentido, a concretização do FSP permitiu desmistificar esta ideia e demonstrar que, apesar das inúmeras contrariedades, existem organizações portuguesas bastante activas, que procuram acompanhar e participar nos espaços transnacionais de contestação aos processos de globalização neoliberal.

Por outro lado, o FSP serviu, também, de agente dinamizador das actividades de alguns actores sociais e políticos. Este foi o caso das associações de defesa dos direitos sexuais, que encontraram nesta iniciativa de alterglobalização um espaço de acção emancipatório, onde puderam afirmar a sua subjectividade identitária e expor publicamente as suas características e diferenças não reconhecidas e discriminadas pela sociedade em geral. Foi talvez devido a estes factores que, apesar de terem sido apenas sete as organizações pertencentes ao movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais (LGBT) a associar-se formalmente ao FSP, as 20 oficinas organizadas pelo movimento LGBT foram das mais participadas e com maior afluência.

Esta adesão ultrapassou as próprias expectativas das associações LGBT, que, em geral, consideraram que o FSP possibilitou uma ampla divulgação dos seus projectos. Esta visibilidade foi tanto maior se se considerar que o movimento LGBT se deparou com fortes resistências por parte de algumas organizações relativamente à sua inclusão no processo de constituição do FSP. No entanto, esta oposição inicial foi sendo progressivamente ultrapassada. De tal forma que as organizações LGBT começaram a estabelecer parcerias com uma grande diversidade de associações, destacando-se os diálogos pioneiros com os sindicalistas, os ambientalistas e as feministas. O maior exemplo desta articulação, e talvez do início de uma dinâmica de luta concertada, foi, sem dúvida, a adesão anual da CGTP à marcha LGBT do dia do orgulho Gay⁵. A par destas acções, a crescente dinamização das associações LGBT tem vindo a proporcionar, junto dos órgãos de comunicação social e da opinião pública em geral, uma maior mediatização e discussão dos temas relacionados com a igualdade de direitos e de oportunidades, nomeadamente de questões como o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adopção de crianças por parte de casais homossexuais. A recente alteração na Lei espanhola, no sentido da permissão jurídica do casamento entre indivíduos do mesmo sexo, assim como a tentativa por parte de duas mulheres de nacio-

nalidade portuguesa de contraírem matrimónio em território nacional conduziu ao relançar das discussões políticas em torno destes assuntos por parte do Bloco de Esquerda e da Juventude Socialista, que pretendem apresentar na Assembleia da República um projecto que prevê a alteração da lei portuguesa.

Importa sublinhar que é no domínio da vida sexual que se tem verificado alguma movimentação por parte das mulheres, nomeadamente em relação à despenalização da interrupção voluntária da gravidez (IVG). Desde 1974 que o Movimento Democrático das Mulheres (MDM) e o Movimento de Libertação das Mulheres (MLM) reivindicam, com outras organizações, a contraceção e o aborto livres e gratuitos. Mas foi preciso chegar a 1984 para que fossem votadas as leis sobre Educação Sexual e Planeamento Familiar e sobre a exclusão de ilicitude em alguns casos da IVG. Em 1996, a questão surge de novo com a apresentação de três projectos-lei na Assembleia da República, em que é aprovado um projecto que alarga os prazos da IVG.

No entanto, a legislação portuguesa é das menos liberais na Europa, com a agravante que o referendo ao aborto não é aprovado em 1998. Dada a situação dramática que este processo mantém, admitiu-se como provável que a Assembleia da República viesse, em 2007, a convocar um novo referendo. Em 2007, apesar da larga abstenção, o Sim à campanha do referendo ganha amplamente ao Não, que despenalizará a IVG e permitirá uma nova legislação da Assembleia da República.

Mas se é verdade que o FSP contribuiu para a dinamização dos modos de construção e funcionamento de determinados tipos de acção colectiva, possibilitando a aproximação e o encontro de actores distintos, também é verdade que as diferenças identitárias provocaram fortes divergências. Estas assomaram ao longo de todo o processo de preparação do FSP e intensificaram-se aquando da realização da assembleia dos «movimentos sociais» e da manifestação de encerramento.

A assembleia dos «movimentos sociais», inspirada no modelo programático do FSM⁶, surgiu da iniciativa de algumas organizações⁷ que pensaram ser importante criar, no FSP, um espaço onde os «movimentos sociais» se pudessem reunir para aprovar linhas estratégicas de intervenção comuns. O objectivo principal era o de ratificar uma declaração onde pudessem expressar as suas preocupações sociais, ambientais e culturais, concertar as suas acções face à globalização neoliberal e, por último, construir um calendário de datas que simbolizassem a luta contra todo o tipo de desigualdades⁸.

Se no que diz respeito a alguns temas globais, como, por exemplo, a oposição à guerra no Iraque e à luta pela (re)conquista de novos direitos sociais e culturais, os

actores participantes no FSP encontraram facilmente orientações e referências de intervenção comuns, não sucedeu o mesmo com questões mais específicas como a referência explícita a algumas datas de actuação contra o neoliberalismo ou à realização do próximo FSP (em relação a esta questão houve algumas associações que se opuseram à marcação de uma data).

No entanto, as diferenças entre organizações de índole reformista – que defendem a conversão do neoliberalismo num modelo socialmente mais justo e igualitário – e as de orientação revolucionária – que anseiam pelo fim do paradigma de desenvolvimento económico vigente e a criação de um «novo» modelo político e económico – manifestaram-se fundamentalmente em relação à utilização de determinados termos e expressões na declaração da assembleia dos «movimentos sociais». Os chamados actores reformistas rejeitaram a inclusão, neste documento final, da palavra anticapitalismo, por a considerarem demasiado radical para as suas convicções ideológicas, e propuseram a expressão capitalismo neoliberal.

No que concerne à manifestação de encerramento do FSP, os organizadores pretendiam que esta se constituísse como uma iniciativa «dinâmica, reivindicativa, alegre e como um momento alto de confraternização, solidariedade e confiança de todos os que lutam pela paz, pelos direitos, por uma nova ordem internacional e por uma democracia de qualidade em Portugal»⁹. Se a intenção de levar a cabo uma manifestação onde estivesse representada a diversidade de identidades através da festividade, em parte, foi concretizada, já não se pode afirmar o mesmo do desígnio de realizar um desfile onde se evidenciassem os momentos de cooperação e colaboração entre os seus intervenientes. Ao invés, durante o cortejo, não só se consolidaram as contendas entre os participantes, como se evidenciaram as fragilidades estruturais dos «movimentos sociais» portugueses e a sua dependência face às formas institucionais de participação cívica, nomeadamente das preconizadas pelos partidos políticos¹⁰. O acentuar dos conflitos deveu-se sobretudo ao facto de o PCP ter infringido o acordo estabelecido para as forças políticas de desfilar no final da manifestação. Ao contrário dos restantes partidos políticos de esquerda (Bloco de Esquerda e Partido Socialista), que permaneceram no fim da manifestação como uma forma de demonstrar que o FSP era acima de tudo um espaço de reflexão e debate pertencente às organizações sociais e políticas não-partidárias, o PCP optou por preencher o espaço destinado aos «movimentos sociais», enchendo-o com as suas bandeiras e palavras de ordem. Com esta atitude, a manifestação acabou por se desdobrar em duas: uma composta pelos militantes comunistas e a outra pelas mais diversas organizações. O FSP terminaria, assim, em tensão e sem conseguir superar as dificuldades que se vieram a realçar durante todo o seu processo de construção.

FÓRUM SOCIAL PORTUGUÊS: QUE FUTURO?

Depois do desfecho conflitual descrito anteriormente, os actores colectivos portugueses ainda se reuniram para fazer o balanço do FSP e tentar agendar a data da sua segunda edição. Inicialmente, apesar das dissensões existentes, ainda se conseguiu alcançar o consenso de que, devido às debilidades dos «movimentos sociais» portugueses, não se justificava uma edição anual, ficando assim o primeiro quadrimestre de 2005 como o período de realização provável do próximo FSP. Contudo, este nunca se chegaria a consumir nesta data, porque se afloraram novamente os desentendimentos em relação a esta questão. Os actores envolvidos no FSP voltavam-se assim a dividir: uns continuavam a defender a realização da segunda edição em 2005, outros contestavam esta decisão e propunham, em substituição do FSP, um pequeno encontro temático contra a globalização neoliberal. Esta última proposta acabaria por vencer, mas desencadearia a saída de muitas organizações que não se reviam em tal decisão.

Este encontro, intitulado «resistências e alternativas», acabou por se concretizar, em Maio de 2004, na cidade de Évora, com uma participação muito reduzida da população portuguesa e circunscrita fundamentalmente aos militantes e activistas das organizações participantes. Após estas experiências conturbadas, os actores colectivos envolvidos no encontro temático prepararam-se novamente para (re)iniciar o processo de construção do segundo FSP.

Este realizar-se-ia somente em 2006, na cidade de Almada, com uma afluência muito menor quer dos «movimentos sociais» quer dos cidadãos portugueses em geral. Estima-se que, em 2003, estiveram presentes cerca de 237 organizações e que, em 2006, este número baixou consideravelmente para 100. Estes níveis de fraca participação deverão ser objecto de reflexão para pensarmos o estado da alterglobalização em Portugal.

CONCLUSÕES

Importa salientar algumas características do estado da alterglobalização em Portugal.

É clara a capacidade crescente de os actores sociais funcionarem em «rede», assumindo uma forma de participação horizontal, democrática e transparente, o que lhes dá uma dimensão global e uma articulação com os diferentes níveis (local, regional, nacional e internacional).

Por outro lado, se a acção de organizações (nomeadamente, os partidos políticos e a ATTAC) e as campanhas (por exemplo, em torno da contestação da guerra do

Iraque e da discriminação dos homossexuais) existem, o atributo mais relevante é o da «mobilização» – que se pode considerar a maior força do FSP – (Wieviorka, 2003a). A pluralidade dos temas é a prova disto: educação multicultural; direitos humanos; luta contra o racismo e o sexismo; direitos reprodutivos das mulheres; paz; desenvolvimento local, etc.

A nível mundial, a alterglobalização, para além da sua crescente capacidade de mobilização, situa-se politicamente à esquerda, como o evidenciou Wieviorka (2007).

Este autor chama, também, a atenção para a sua carga de utopia, bem como o recurso à competência técnica, indispensável à possibilidade de oposição às propostas das grandes organizações internacionais, governos e grandes empresas multinacionais.

No entanto, encontra ainda dificuldades na articulação entre a acção a nível político-institucional mundial e aquela que se desenvolve a nível das identidades locais (autóctones, mulheres, regiões, ecologia, experiências subjectivas, etc.). Estamos de acordo com aquele autor, quando ele sublinha a necessidade de não descurar o Estado-nação e a dimensão europeia, numa economia competitiva e numa sociedade solidária e defensora dos valores do ambiente.

Importa, agora, dedicar alguma atenção às características históricas e actuais da sociedade portuguesa, que explicam os atributos de fragilidade dos «movimentos sociais» e da sociedade civil. Eles são relativamente recentes e dependentes.

Com efeito, o regime político salazarista durou quase 50 anos (1926-1974). A industrialização e a introdução da organização científica do trabalho foram muito tardias, parciais e desarticuladas comparativamente com outros países europeus (Lima, 1992). Além disso, a organização racional do trabalho foi introduzida num contexto de repressão típica do regime corporativo, em que as greves e os movimentos da sociedade civil eram proibidos ou muito condicionados.

Se analisarmos, por exemplo, o tipo de consciência dominante nos operários, verificamos que as suas referências se centram mais nas questões do desenvolvimento do que nas do trabalho. Acresce que a implantação sindical nos locais de trabalho (fábricas, oficinas) é, ainda hoje, relativamente frágil.

Há, também, uma sobreposição da dimensão «política» em relação à social (relações na produção). A centralidade do Estado, a polarização no governo e nos problemas da internacionalização económica, alguma subordinação às forças e partidos políticos dão uma configuração própria ao movimento sindical.

Não há, em Portugal, uma elite importante de operários qualificados, semelhante à dos países mais industrializados, em que essa elite foi o suporte de um movimento operário central. A debilidade dos actores sociais é patente na sociedade civil. Há mais um desejo de movimento social do que uma acção articulada, eficaz e forte.

A desarticulação da identidade, da oposição e da totalidade é evidente: diferenciação entre as consciências tradicionais comunitárias, as políticas e as novas consciências, dificuldade em encontrar interlocutores, projectos alternativos pouco claros (Lima, 1992).

Se, por um lado, os sindicatos ganham importância como actores institucionais (acordos de concertação, participação em órgãos de consulta sobre matérias importantes), perdem força na defesa dos interesses operários no local de trabalho.

E estas conclusões são transponíveis para outros «movimentos sociais» mais recentes: movimentos femininos; ecológicos; juvenis; pacifistas; regionais; de consumidores, etc.

Daí a dificuldade de elaborar uma estratégia clara relativamente a um objectivo comum, ambição que também não parece ao alcance de cada um dos agrupamentos, atendendo a que todos eles se compõem de tendências contraditórias.

Mas os dilemas permanecem. As características da sociedade portuguesa evidenciam a relativa debilidade e imaturidade dos «movimentos sociais» e da sociedade civil nas suas relações com os partidos políticos e os sindicatos. Além disso, a dimensão defensiva prevalece sobre a ofensiva.

Também as orientações radicais coexistem dificilmente com as reformistas.

Não tem sido também fácil a capacidade de autonomização em relação aos partidos políticos. Esta afirmação não implica que defendamos um fundamentalismo antipartidos, que tornaria impossível a articulação entre democracia participativa e democracia representativa. Acresce que a orientação que privilegia a horizontalidade das redes não é compatível com tradições burocráticas clássicas.

Apesar destas limitações, podemos defender que as orientações dominantes já são por uma «outra» globalização, e não já só contra a globalização. E começa, também, a emergir uma orientação que consideramos fundamental, que privilegia valores e práticas como a solidariedade, a fluidez, a subjectividade, a acção directa, os fluxos comunicativos, a vida quotidiana e a reflexividade (globalização contra-hegemónica – Santos, 2005).

Em qualquer caso, o estado da alterglobalização em Portugal ainda não ultrapassou as características de movimento histórico ou político, não tendo ainda atingido a significação de movimento social, porque não se transitou ainda da função crítica das manifestações ao seu possível significado positivo.

CRONOLOGIA DOS MOVIMENTOS ALTERGLOBALIZAÇÃO

Chiapas (Julho/Agosto 1996): 3000 pessoas participam no «1.º Encontro Intergaláctico pela humanidade e contra o neoliberalismo».

Seattle (Novembro 1999): 50 000 manifestantes contra a Cimeira da OMC. Devido à exposição mediática do evento, Seattle é considerado o marco cronológico dos protestos da globalização.

Porto Alegre (Janeiro/Fevereiro 2001): Por oposição ao Fórum Económico Mundial de Davos, realiza-se, na mesma data, o FSM onde se reúnem 20 000 pessoas de 117 países para discutirem propostas alternativas à globalização hegemónica e neoliberal.

Génova (Julho 2001): 150 000 manifestantes nas ruas de Génova contra a reunião dos G8. A cidade italiana transformou-se num violento campo de batalha, do qual resultaram um morto e vários feridos.

Porto Alegre (Janeiro/Fevereiro 2002): A 2.ª edição do FSM recebe 51 000 participantes de 131 países. O aumento exponencial no número de participantes é aclamado como um verdadeiro sucesso.

Florença (Novembro 2002): No 1.º Fórum Social Europeu discutem-se os problemas da Europa. O FSE terminou com uma longa marcha pela paz e contra a guerra, na qual participaram, segundo a organização, 1 milhão de pessoas.

Porto Alegre (Janeiro 2003): Este ano, a cidade de Porto Alegre acolheu 100 000 pessoas durante os dias do FSM. O espaço do encontro global dos «movimentos sociais» voltou a crescer exponencialmente ao nível do número de participantes e dos eventos realizados.

Manifestação Global pela Paz (Fevereiro 2003): Em várias cidades do mundo, milhões de pessoas protestam pacificamente contra a anunciada guerra no Iraque. Em Lisboa, estima-se a presença de 80 000 pessoas.

Lisboa (Junho 2003): Realizou-se o Fórum Social Português. Pela primeira vez, os

«movimentos sociais» reuniram-se para reflectir sobre os processos de globalização neoliberal no contexto da sociedade portuguesa.

Paris (Novembro 2003): Na 2.^a edição do FSE, 50 000 participantes debatem a construção de uma outra Europa. Foram discutidos, entre outros, os temas da imigração, da constituição europeia e do comércio internacional.

Bombaim (Janeiro 2004): Este ano, o FSM deslocou-se até à Índia. Num país de dimensões continentais, marcado pela ausência de reconhecimento da igualdade de direitos dos *dalits* (casta considerada socialmente inferior na sociedade indiana e alvo de forte discriminação), «movimentos sociais» de diferentes regiões do mundo dão continuidade aos debates e reflexões iniciados em Porto Alegre por uma globalização alternativa.

Porto Alegre (Janeiro/Fevereiro 2005): O FSM regressa ao Brasil e à sua cidade natal. Mais uma vez, alterglobalistas de todo o mundo reúnem-se para discutir e propor caminhos sociais, económicos, políticos e culturais alternativos à actual conjuntura mundial neoliberal.

Évora (Maio 2005): Realizou-se um encontro, denominado «resistências e alternativas», onde participaram apenas alguns dos actores colectivos presentes no primeiro FSP.

Caracas/Bamako/Karachi (2006): Este ano, o FSM adquire um carácter policêntrico, ou seja, realiza-se em três cidades de diferentes continentes (americano, africano e asiático). O objectivo principal desta organização descentralizada é o de globalizar as dinâmicas de reflexão e de contestação à globalização neoliberal.

Almada (2006): As inúmeras controvérsias e divisões existentes entre as organizações que construíram o primeiro FSP conduziram a que, ao contrário do que estava previsto inicialmente, a segunda edição só se realizasse passados 3 anos. Neste segundo Fórum, os níveis de participação, quer das organizações sociais e políticas quer dos cidadãos portugueses, desceram consideravelmente. Como consequência, o Fórum não conseguiu alcançar a expressão mediática obtida em 2003.

Nairobi (2007): Realiza-se a 7.^a edição do FSM. A escolha do continente africano para a realização deste evento prende-se, sobretudo, pelo facto de este transportar as principais preocupações das organizações altermundialistas. Desta forma, os temas ligados à dívida externa dos países mais pobres, da fome e da doença, nomeadamente da epidemia SIDA que assola todo o continente africano, foram amplamente discutidos.

Lisboa (2007): Reunir-se-ão «movimentos sociais» de toda a Europa com o objetivo de preparar e organizar o próximo FSE.

QUADRO

Os números da participação no FSM¹

	2001	2002	2003	2004	2005	2006 ¹	2007
Países presentes	117	131	156	117	151	n.d.	n.d.
Países representados por organizações	n.d. ²	87	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Organizações inscritas	n.d.	4 909 2 386 nacionais/ 2 523 internac.	5 171	1 653	6 872	2 500	n.d.
Delegados	4 079 2 570 nacionais/ 1 509 internac.	12 474	20 763	n.d.	n.d.	19 000	n.d.
Participantes credenciados	20 000	51 000	100 000	74 126	155 000	53 000	100 000
Participantes (por sexo em %)	n.d.	M-57/F-43	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Ouvintes credenciados	n.d.	35 000	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Participantes no Acampamento da juventude	2 000	15 000	25 000	2 723	35 000	n.d.	n.d.
Participantes no Acampamento das nações indígenas	700	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Jornalistas credenciados	1 870 1 484 nacionais/ 386 internac.	3 356 1 866 nacionais/ 1 490 internac.	4 094 2 131 nacionais/ 1 963 internac.	3 200	n.d.	4 900	n.d.

1. O sítio oficial do FSM (www.forumsocialmundial.org.br) publicou os dados referentes aos FSMs de 2002, 2003 e 2004. Por isso, os dados relativos ao FSM de 2001, elaborados pela Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (PROCERGS), foram extraídos do livro *Fórum Social Mundial - A Construção de um Mundo Melhor*, organizado por António David Cattani, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

2. Os dados de 2006 reportam-se somente ao FSM realizado em Caracas.

3. Não disponível.

NOTAS

1. Analisa-se sucintamente a evolução dos FSMs. A pertinência desta breve análise encontra-se no facto de o FSM ter-se constituído como o principal factor propulsor das iniciativas alterglobalização em Portugal.

2. Realizaram-se 10 conferências, 12 mesas de diálogo e controvérsias e 105 oficinas. A selecção dos conferencistas foi da responsabilidade dos organizadores do FSP. As mesas de diálogo e controvérsias e as oficinas são organizadas pelos próprios proponentes. Nas oficinas autogestionadas discutiram-se, entre outros temas, o Acordo Geral de Comércio e Serviços (AGCS), a imigração, a homofobia, o genoma humano, o desemprego, as pescas, a agricultura biológica, etc. O programa do FSP integrou, ainda, espectáculos e oficinas culturais (música, teatro, dança, gastronomia, exposições).

3. Houve, também, a preocupação, por parte das entidades organizadoras, de adaptar os assuntos discutidos no FSP às preocupações da sociedade portuguesa. Assim, deu-se prioridade ao debate de temas como a precariedade no emprego e os baixos salários, o desemprego, a privatização do sistema de saúde e os problemas do ensino em Portugal.

4. Estes dados são o resultado de um inquérito aplicado no FSP pelo CIDAC e foram retirados do livro **Um Outro Mundo é Possível... Mas não será fácil!**. Segundo os dados publicados, foram inquiridos 288 indivíduos para um universo de 1880 participantes, considerando apenas a população inscrita oficialmente no FSP.

5. Segundo um dirigente da CGTP, o objectivo desta marcha também é sindical, porque é contra todas as discriminações na sociedade e no local de trabalho.

6. Tal como acontece no FSM, a prossecução da assembleia dos movimentos sociais foi da inteira responsabilidade das organizações proponentes.

7. Primeiros signatários do apelo à convocatória da Assembleia dos Movimentos Sociais: Acção Jovem para a Paz; Associação Luso-Senegaleza; ATTAC-Portugal; CGTP-IN; Fenprof, Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio; Liga Operária Católica; Movimento Democrático das Mulheres (MDM); Não-Te-Prives; Rede Lilás; Secretariado Coordenador das Associações de Imigrantes; Solidariedade Imigrante; SOS Racismo; União das Mutualidades Portuguesas.

8. Neste calendário, foram incluídos, entre outros, os seguintes dias de comemoração: dia internacional da mulher; dia internacional da luta camponesa; dia mundial da luta contra o racismo; dia do orgulho lésbico, gay, bissexual e transexual; dia mundial pela erradicação da pobreza.

9. Cfr. Documento aprovado no último plenário de preparação do FSP em: www.forumsocialportugues.org/org/shtml/doc/fsp-apelo.shtml

10. Não é por acaso que a mesa de diálogo e controvérsias onde se discutiram as relações entre os partidos políticos e os movimentos sociais foi a que registou um maior nível de participação com uma assistência de cerca de 400 participantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELLS, M. (2002), **A Sociedade em Rede**. Fundação Gulbenkian, Lisboa.
- DUBET, F. (1994), **Sociologie de l'Expérience**. Seuil, Paris.
- FARRO, A. (2000), **Les Mouvements Sociaux**. Presses de l'Université de Montreal, Québec.
- FARRO, A. (2003), «Le tournant italien». In M. Wiewiorka (Ed.), **Un Autre Monde...** Éditions Balland, Paris, pp. 177-194.
- GOHN, G., org. (2003), **Movimentos Sociais no Início do Século XXI – Antigos e Novos Atores Sociais**. Vozes, Petrópolis.
- HELD, D. e MCGREW, A., eds. (2001), **The Global Transformations Reader**. Blackwell Publishers, Cambridge.
- LIMA, M. P. et al. (1992), **A Acção Sindical e o Desenvolvimento**. Salamandra, Lisboa.
- LIMA, M. P. e NUNES, C. (2003), «Movimentos colectivos na era da globalização». *Janus 2004 – Anuário de Relações Exteriores*, Público/UAL, Lisboa, pp. 40-41.
- MCDONALD, Kevin (2002), «From Solidarity to Fluidarity: social movements beyond collective identity – the case of globalisations conflicts». XIV Congresso Mundial de Sociologia, Brisbane, Julho.
- MENDES, J. M. e SEIXAS, A. M. (2005), «Acção colectiva e protesto em Portugal: os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002)». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 72, pp. 99-127.
- NUNES, C. (2004), «Movimentos Alterglobalização: A Emergência de Novas Formas de Acção Colectiva?». Tese de licenciatura não publicada, Lisboa, ISCTE.
- PUREZA, J. M. e FERREIRA, A. C., orgs. (2002), **A Teia Global – Movimentos Sociais e Instituições**. Edições Afrontamento, Porto.
- REBELO, J., coord. (2003), **Novas Formas de Mobilização Popular**. Campo das Letras, Porto.
- SANTOS, B. S., org. (2001), **Globalização: Fatalidade ou Utopia?** Edições Afrontamento, Porto.
- SANTOS, B. S. (2005), «A crítica da governação global: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 72, pp. 7-44.
- SEOANE, J. e TADDEI, E., orgs. (2001), **Resistências Mundiais – De Seattle a Porto Alegre**. Vozes, Petrópolis.
- TILLY, C. (1978), **From Mobilization to Revolution**. Random House, New York.
- TOURAINÉ, A. (1984), **O Retorno do Actor**. I. Piaget, Lisboa.
- TOURAINÉ, A. (1992), **Critique de la Modernité**. Fayard, Paris.
- TOURAINÉ, A. e KHOSROKHAVAR, F. (2000), **La Recherche de Soi. Dialogue sur le Sujet**. Fayard, Paris.
- TOURAINÉ, A. (2005), **Un Nouveau Paradigme. Pour Comprendre le Monde d'Aujourd'hui**. Fayard, Paris.
- WIEWIORKA, M. (2003a), «Os movimentos antimundialização». In José Rebelo (Ed.), **Novas Formas de Mobilização Popular**. Campo das Letras, Porto, pp. 17-38.
- WIEWIORKA, M., dir. (2003b), **Un Autre Monde...** Éditions Balland, Paris.
- WIEWIORKA, M., org. (2007), **Le Printemps du Politique. Pour en Finir avec le Déclinisme**. Robert Laffont, Paris.